



Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Transformação Militar: Capacidades Necessárias  
e o Exército Brasileiro**

**Laís de Souza Ziegler**

**Artigo apresentado como requisito  
parcial para obtenção do título de Especialista  
em  
Relações Internacionais**

**Orientador: Prof. Dr. Juliano da Silva Cortinhas**

**Brasília**

**2020**

## **RESUMO**

O presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de fazer uma análise de alguns dos esforços das transformações militares que ocorreram nas Forças Armadas brasileiras durante as últimas décadas, desde a consolidação do conceito de Revolução dos Assuntos Militares, da definição legal das capacidades necessárias das forças armadas pela Estratégia Nacional de Defesa e das hipóteses de emprego descritas pelas Forças Armadas.. Busca-se, a partir da perspectiva teórica do realismo ofensivo, entender as decisões tomadas para transformar a defesa nacional brasileira para garantir a segurança e a sobrevivência do país no Sistema Internacional anárquico.

**Palavras-chave:** Brasil, Transformação Militar, Capacidades Necessárias.

## **ABSTRACT**

This article was developed with the objective of analyzing some of the military transformations that occurred in the Armed Forces during the last decades since the consolidation of the Revolution of Military Affairs concept, of the legal definition of Armed Forces necessary capabilities by the National Defense Strategy and of the hypotheses of employment described by the Armed Forces. From the theoretical perspective of offensive realism, the article seeks to understand the decisions taken to transform the Brazilian national defense to ensure its security and survival in the anarchic International System.

**Keywords:** Brazil, Military Transformation, Necessary Capacities.

## 1. INTRODUÇÃO

O ambiente internacional é imprevisível e incerto. Cenários diferentes surgem a cada dia, novas tecnologias são desenvolvidas e as profundas mudanças nos processos de atuação das forças armadas reverberam na transformação dos atuais meios militares. O desenvolvimento cada vez maior da informação tem desestruturado organizações e governos, fazendo com que eles busquem meios para gerenciar cada vez mais dados, procurando analisá-los e transformá-los em conhecimento.

Os cenários nacional e internacional atuais criam novas oportunidades de desenvolvimento para a indústria de defesa brasileira. A Política de Defesa Nacional (PDN) (2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) (2008), ambas revisadas e atualizadas em 2012, junto com o Livro Branco da Defesa Nacional (BRASIL, 2013), abordam o assunto da defesa como uma das prioridades do Estado, estabelecendo estratégias de médio e longo prazo com o objetivo de modernizar a estrutura nacional de defesa.

Devido à relevância do tema para a defesa nacional, e a contínua necessidade de atualização das Forças Armadas de todo e qualquer Estado, o estudo proposto neste trabalho acerca da transformação da tecnologia militar brasileira se faz necessário como tentativa de analisar se há a necessidade de uma mudança tecnológica expressiva na estrutura de defesa brasileira.

Como o tema do trabalho trata especialmente da política de defesa de um Estado, o nível de análise escolhido para o desenvolvimento deste trabalho é o Estado. O Sistema Internacional será relevante, mas como um fundo de cena, partindo-se de premissas desenvolvidas pelo Realismo Ofensivo de John Mearsheimer para ilustrar como funcionam as relações internacionais. Desse modo, presume-se que o Brasil, como Estado racional, aplica sua política de defesa para proteger o território nacional e seus interesses. Nesse sentido, é importante descrever como o Estado formula seus posicionamentos, partindo-se do pressuposto de que o sistema internacional é relevante porque condiciona

tais decisões, já que as relações interestatais são afetadas pelas decisões de defesa de todos os países. A estratégia de defesa de um Estado pode afetar decisões e estratégias de outros.

Levando em consideração os diferentes aspectos da transformação militar e a importância de tal para a defesa nacional, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as transformações e capacidades militares necessárias, baseadas nas hipóteses de emprego para o futuro das Forças Armadas brasileiras?

Este trabalho visa, enfim, atingir os seguintes objetivos: compreender o conceito e justificativas para uma transformação militar; analisar as opções do Estado brasileiro a respeito da transformação das Forças Armadas sob a ótica da Segurança Internacional; e expor as capacidades militares necessárias para o sistema de defesa nacional brasileiro no atual contexto internacional.

O trabalho é iniciado com a discussão sobre o Realismo Ofensivo e a busca do Estado em maximizar seu poder para atingir seus objetivos, e como isto pode ser atingido através de transformações. A segunda seção apresenta o conceito de transformação militar, como e por que ela deve ocorrer, e continuar ocorrendo. Em seguida, é feita uma breve análise histórica da Revolução dos Assuntos Militares como um processo que marco transformações importantes no âmbito da segurança. A quarta e última parte do texto irá focar na segurança e defesa do Brasil, analisando as novas Políticas e Estratégias de defesa, para entender como elas transformaram e continuam transformando as Forças Armadas Brasileiras.

## **2. MAXIMIZAÇÃO DO PODER E O REALISMO OFENSIVO**

Partindo da premissa de que o Estado é o principal ator internacional em um sistema anárquico, o realismo ofensivo de John Mearsheimer tem como principal objetivo a sobrevivência do Estado. Para o autor, os Estados não são capazes de se contentar e estão em constante busca de maximização do seu poder relativo a outros, concluindo assim que a hegemonia é a melhor maneira de alcançar a segurança e garantir sua sobrevivência. (MEARSHEIMER, 2001). Isto significa que mesmo com as dificuldades criadas por novas tecnologias, distâncias geográficas ou mesmo alianças internacionais, os Estados

continuam vivendo na incerteza gerada sob a condição anárquica do Sistema Internacional. Sendo assim, a garantia da segurança requer que as grandes potências acumulem tanto poder relativo diante de outros Estados quanto possível. Mearsheimer afirma que a competição pela segurança e a possibilidade de guerra entre as grandes potências não foram expelidas do Sistema com o fim da Guerra Fria.

Considerando que os Estados são atores racionais, eles têm consciência sobre o ambiente no qual interagem estrategicamente, o que significa que eles estão atentos às consequências de médio e longo prazo, assim como imediatas, das suas próprias ações e das ações de outros (MEARSHEIMER, 2001, p.30-32). Justamente por serem atores racionais, os estados escolhem cuidadosamente a ação e o momento mais adequado para implementá-la, e essa escolha é feita de acordo com a distribuição de poder e a localização geográfica do Estado.

Mearsheimer ainda expõe três estratégias para garantir a sobrevivência do Estado-Nação no Sistema Internacional e se tornar um hegemon: aumentar o poder, conter o agressor e enfraquecer os Estados-Nações. Uma das maneiras de conter um agressor é através da balança de poder, ou seja, equilíbrio com as outras potências. Um bom exemplo disso é EUA e URSS durante a Guerra Fria, quando equiparavam seus poderes militares e tecnológicos (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.53). Para esta corrente teórica, o que define uma grande potência é sua capacidade militar, mas não deixando de considerar que as capacidades econômicas e tecnológicas são importantes para transformar um estado em grande potência.

Sendo assim, a estratégia de defesa de um Estado precisa estar em constante transformação para que este consiga elevar-se militarmente. Como mencionado antes, estas transformações devem ocorrer não somente em capacidade militar, mas ela é essencial para que um Estado aumente seu poder, se destaque regionalmente e atinja seus objetivos.

### 3. TRANSFORMAÇÃO MILITAR

O conceito de transformação no campo da defesa surgiu na década de 1970, a partir da discussão sobre evolução em assuntos militares (EAM) e revolução em assuntos militares (RAM), que apontou para a necessidade de, periodicamente, romper paradigmas (BRASIL, 2012). Para o presente trabalho, buscou-se a definição do Departamento de Defesa (DoD) americano para transformação:

Transformação na área da defesa é um processo que molda a natureza da competição e cooperação militar através de novas combinações de conceitos, capacidades, pessoas e organizações. Ela antecipa e cria o futuro, lidando com a co-evolução de conceitos, processos, organizações e tecnologia (ESTADOS UNIDOS, 2003, p.9).

Isso não significa mudanças rápidas ou generalizadas, nem o descarte daquilo que continua a funcionar bem. As mudanças, no entanto, devem ser significativas, em vez de meras melhorias na margem armamentos ou transportes um pouco melhores. Transformação é um processo, não um fim. E processos requerem uma estratégia com objetivos claros. A implementação eficaz da estratégia de transformação é um pré-requisito essencial para a gestão estratégica de um programa de defesa. Ela permite que os departamentos responsáveis definam investimentos de transformação que abordem riscos futuros.

O secretário da Defesa americano, Rumsfeld, definiu transformação como “um processo que molda a natureza mutável da competição militar e cooperação através de novas combinações de conceitos, capacidades, pessoas, e organizações que exploram as vantagens de nossa nação e protegem contra nossas vulnerabilidades assimétricas para sustentar nossa posição estratégica, o que ajuda sustentar a paz e a estabilidade no mundo”. (ESTADOS UNIDOS, 2003, p.3)

Sendo assim, a transformação pode ser explicada como um processo contínuo que cria e antecipa cenários futuros, acompanhando a evolução conjunta de conceitos, processos, organizações e tecnologia. Em pesquisa conduzida pela National Security Research Division (RAND), Asch e Hosek (2004) chegaram conclusão de que:

Transformation is also expected to be an ongoing process, rather than a one-time change. It is viewed more as a framework for generating and embracing fundamental change than a process with an endpoint. Thus, it seems likely that the meaning of transformation itself, and the specific reforms that are pursued,

will continue to evolve as the capabilities and challenges facing the armed forces unfold. (ASCH e HOSEK, 2004, p.3)

Novas áreas e competências podem surgir, e é imperativo que haja mudanças nos princípios e objetivos, assim como nos valores, atitudes e crenças, de acordo com as novas capacidades do Estado. Ou seja, é preciso sempre haver transformação e atualização na maneira como são feitos os planejamentos, como se trabalha com outros (coordenação a nível federal, estatal e local) e ainda na forma de combate.

Segundo o documento publicado pelo Departamento de Defesa (DoD) americano (2004), existem quatro fatores, descritos abaixo e sintetizados na Figura 1, que tornam a necessidade de mudança urgente: estratégia, ameaça, tecnologia e atenuação de risco.

- **Estratégia:** Uma estratégia que requer forças ágeis e conectadas que possam agir rapidamente, e prover reforços de outras áreas para derrotar adversários rápida e decisivamente.
- **Ameaça:** Potências regionais estão desenvolvendo capacidades que ameaçam a estabilidade de áreas de interesse americano. Atores estatais e não-estatais tentam compensar a superioridade militar americana desenvolvendo capacidades assimétricas<sup>1</sup>.
- **Tecnologia:** Avanços tecnológicos criam potencial para novas formas de competição no espaço e no ciberespaço; eles também aumentam o potencial de erro de cálculo e surpresa, principalmente envolvendo armas de destruição em massa e seus sistemas de entrega.
- **Atenuação de risco:** Enquanto se tenta criar a força para amanhã, devemos equilibrar cuidadosamente as necessidades de hoje. As forças de hoje precisam ser mais ágeis e letais para não serem colocadas em risco.

---

<sup>1</sup> Embora conflitos assimétricos seja um conceito que sofreu diversas modificações desde 1990, quando foi cunhado, e tenha tido outros nomes antes disso, aqui, capacidades assimétricas podem ser entendidas como capacidades estratégicas, militares e táticas significativamente diferentes entre dois atores que em combate (PAUL, 1994).



Além disso, para a transformação ocorrer de forma efetiva, é preciso que haja uma mudança conjunta de todas as áreas, que haja a evolução de capacidades em processos de transformação. Segundo ASCH e HOSEK (2004, p.3), “A Transformação requer mudança em doutrina, organização, treinamento e logística, reforçada pela mudança na tecnologia”<sup>2</sup>. Em outras palavras, transformação somente ocorre quando há alterações nesses quatro níveis.

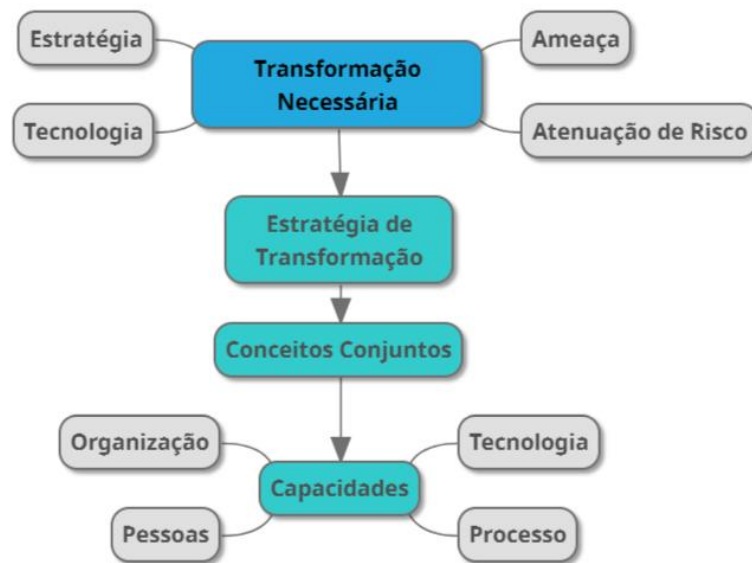


Figura 1 - Transformação Necessária

A cada ano era possível ver as mudanças militar entre as grandes Forças Armadas. Porém, diferente das transformações anteriores, que se baseava no grande uso da força para conflitos de alta intensidade, a mudança militar do século XXI mostra-se focada na capacitação para missões de variáveis necessidades tecnológicas. Algo que marca a transformação do período é a importância das tecnologias de informação e processamento para a condução das operações militares (FARRELL; TERRIFF, 2002).

A necessidade de transformação da defesa se justifica de maneira diferente para cada Estado e seus objetivos de defesa. Para os Estados Unidos, sabemos que,

<sup>2</sup> No inglês: “transformation requires change in doctrine, organization, training, and logistics, bolstered by change in technology.” (tradução nossa)

historicamente, apenas manter equipamentos ou estratégias existentes é uma abordagem ineficaz que pode resultar em consequências negativas e desastrosas. Segundo o documento publicado pelo Departamento de Defesa<sup>3</sup> americano (ESTADOS UNIDOS, 2004), existem fatores que tornam a necessidade de mudança urgente. Os mais conhecidos são Guerra Fria e o 11 de Setembro, quando os Estados Unidos se preocuparam em desenvolver uma estratégia de defesa que os preparassem para qualquer ataque inesperado. Uma estratégia que requer forças ágeis e conectadas que possam agir rapidamente e prover reforços de outras áreas para derrotar adversários rápida e decisivamente. Ameaças regionais e tecnologias de alta capacidade também são preocupações que abalam a superioridade americana e são considerados fatores de grande influência na estratégia de defesa americana.

Para que haja uma transformação, capaz de enfrentar tais ameaças, no departamento de defesa de um país é preciso que a cultura seja caracterizada pela Era da Informação, ou seja, onde inovação e riscos (informados) sejam encorajados e recompensados. Segundo Rumsfeld, “isto deve ser feito através de desenvolvimento de liderança e educação, com ênfase crescente no conceito de desenvolvimento e experimentação, e mudanças no sistema de pessoal e estrutura de incentivo” (ESTADOS UNIDOS, 2004, p. 6). Além disso, certos procedimentos devem mudar, como maneiras melhores de identificar possíveis opções para atenuação de riscos futuros e um processo de aquisição mais maleável para substituir o modelo da Guerra Fria em que o adversário era conhecido e previsível.

O sucesso de tal implementação pode acelerar a mudança de uma era industrial para a era da informação militar. Porém, é importante lembrar que a segurança de um país não depende somente de poder militar, já que muitos conflitos dependem de diplomacia e negociação, mais do que força.

---

<sup>3</sup> Department of Defense (DoD)

No livro branco de defesa do Reino Unido de 2015, por exemplo, é possível destacar:

The risk is growing. Although it is unlikely that there will be a direct military threat to the UK itself, there is a greater possibility of international military crises drawing in the UK, including through our treaty obligations. Our ability to respond effectively will be made harder by the growing use of asymmetric and hybrid tactics by states, combining economic coercion, disinformation, proxies, terrorism and criminal activity, blurring the boundaries between civil disorder and military conflict (REINO UNIDO, 2016, p. 85).

De forma similar, no livro branco de defesa do Brasil de 2012, verifica-se a seguinte passagem sobre a modernização das Forças Armadas:

A efetividade de um processo de transformação é proporcional à capacidade de aquisição e aplicação de tecnologia de ponta nas fases de pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de armas e plataformas. Como pode ser observado nos vários exemplos disponíveis, esse processo é de longa duração, podendo estender-se por 20 anos ou mais. As mudanças demandam o desenvolvimento de novas doutrinas de emprego das tropas, com o objetivo de tornar as forças militares mais aptas a atuar em ambiente operacional multifacetado. (BRASIL, 2012, p.192)

Embora não se saiba ao certo como o futuro ideal das Forças Armadas será, existem certas características que parecem se destacar. Idealmente, elas serão conjuntas, centradas em rede (NCW)<sup>4</sup>. Isso significa que forças geograficamente dispersas estarão interconectadas e capazes de compartilhar o espaço de batalha para atingir objetivos táticos, estratégicos e operacionais de acordo com a necessidade do comando. Esta conexão entre pessoas, plataformas, armas e sensores em uma só rede cria um todo que opera de maneira rápida e sincronizada, capaz de atingir objetivos sem todo o contingente físico necessário no passado (ESTADOS UNIDOS, 2004, p.10).

Para que a defesa de um país sofra uma transformação deste porte, é necessária uma significativa melhora no volume e na qualidade de inteligência disponível para comandantes, pessoal, unidades, e indivíduos de diversos níveis e um conceito de logística de combate mais flexível e responsivo. Mais capacidades de inteligência, vigilância e

---

<sup>4</sup> Do inglês: Joint, network-centric force

reconhecimento (C4ISR)<sup>5</sup> serão necessárias para garantir entendimento de batalha o suficiente para auxiliar operações em diferentes lugares, mas interconectadas entre si. Além disso, uma noção de logística mais adaptável é necessária para suportar operações globais mesmo com a grande maioria das tropas estarem em território nacional. Logística do tipo “sensorial e resposta” é um conceito promissor que oferece potencial para prover uma capacidade responsiva para os contingentes. Neste conceito, ainda passando por desenvolvimento, experimento e teste, a organização de suporte logístico é equipada para monitorar uso de estoque e expedir substitutos para onde eles são necessários.

Um dos desenvolvimentos naturais que se espera, enquanto se melhora a qualidade e a quantidade de inteligência e se torna o suporte logístico mais dinâmico e adaptável, é uma diminuição das barreiras entre inteligência, logística e operações. Em vez de serem vistas como funções separadas, elas precisam ser perfeitamente planejadas e executadas como partes interdependentes do plano geral da campanha no caminho emergente da guerra.

Para os autores Farrell e Terriff (2002, p. 05), a mudança no âmbito militar baseia-se na mudança dos objetivos, estratégias e na estrutura das organizações. Segundo eles, existem certos fatores que nos ajudam a entender por que as Forças Armadas têm passado por processos de transformação militar no século atual: 1) a mudança do ambiente estratégico em virtude do fim da Guerra Fria; 2) os impactos nos orçamentos de defesa ligados ao fim da rivalidade Leste-Oeste e conseqüentemente o downsizing de grande maioria das forças armadas ocidentais; e 3) o ritmo acelerado no desenvolvimento e inovação tecnológica e suas possibilidades de provocar mudanças revolucionárias na condução das operações militares (FARRELL E TERRIFF, 2002, p. 3). No caso do Brasil, a transformação da defesa, além de possibilitar maior capacitação de suas Forças Armadas, criará uma gama de oportunidades para o crescimento econômico. Isso ocorrerá por meio de três vertentes: a) Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED); b)

---

<sup>5</sup> Do inglês: *Command, Control, Communications, Computer, Intelligence, surveillance and Reconnaissance* (BAESYSTEMS, 2020)

Modernização da gestão; c) Reorganização da Base Industrial de Defesa (BRASIL, 2012, p.191).

Conforme mencionado, existem certos fatores que justificam a necessidade de transformação nas Forças Armadas e estratégias de defesa. Sendo assim, cientes da necessidade, houve dois momentos marcantes de modernização militar, e desenvolvimento de novas doutrinas de emprego das tropas, com o objetivo de tornar as forças militares mais aptas a atuar em ambiente operacional multifacetado. Dentre muitos momentos, estes se destacam por serem atuais e relevantes para a discussão do presente artigo: O desenvolvimento do conceito de Revolução dos Assuntos Militares (RAM) e os Ataques realizados pela Al-Qaeda aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001.

#### **4. REVOLUÇÃO DOS ASSUNTOS MILITARES**

No que se refere a transformações militares, especialmente no quesito tecnologia e inteligência, é possível apontar, em um esforço meramente de síntese, a ocorrência de um processo marcante, conhecido como a Revolução dos Assuntos Militares. Este evento gerou diversas mudanças no que se refere aos delineamentos de estruturas de força mais adequadas diante dos vários riscos e ameaças percebidas nos mais elevados níveis políticos.

O termo Revolução nos Assuntos Militares (RAM)<sup>6</sup>, embora amplo, basicamente significa uma grande mudança na conduta e planejamento de atividades militares, seja ele estratégico ou operacional. Por possuir diversas interpretações, RAM é considerado um conceito nebuloso e mutável, mas existem certos elementos que podemos considerar estáveis, como: grandes avanços de poder computacional, diminuição de tamanho físico de componentes de computador, e como diminuição de custos pode levar a um forte

---

<sup>6</sup> A digitalização foi responsável por criar a RAM, alguns autores a tratam decorrente da digitalização. Outros utilizam de forma mais ampla, tentando lidar com diversas revoluções nas estruturas de maneiras históricas. O conceito de digitalização, quando abordado no sentido de 'digitalização da guerra', diz respeito a inovação tecnológica de armamentos e praticamente de todos os aspectos do sistema militar, como controle, vigilância e comunicação.

progresso nas tecnologias militares. Ainda existem controvérsias, e não existe um consenso geral de que houve ou está havendo uma Revolução nos Assuntos Militares, nem mesmo se o que ocorreu pode ser chamado de revolução (CHAPMAN, 2003, p.2). Isto se deve principalmente pelo fato de outras inovações como a pólvora, aviação e armas nucleares marcarem claramente transformações militares históricas.

Considerando que a RAM não diz respeito somente a armamentos, mas também a novas configurações na cadeia C4ISR, há um processo inédito de confluência de tecnologias que dão origem a novos sistemas de armas, revolucionam as técnicas de inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR) e criam as condições para o controle da batalha em tempo real pelo computador. Este último aspecto, o mais revolucionário de todos, é denominado pelos estadunidenses de Teatro Sintético de Guerra.

[...] na guerra, a digitalização incide principalmente sobre quatro campos distintos: (1) C4ISR+sup; (2) a guiagem de projéteis, mísseis, aeronaves não-tripuladas e ogivas de mísseis balísticos; (3) o processo de produção de armamentos, por meio do uso da realidade virtual e da simulação computadorizada em todas as fases de design, teste, prototipação, fabricação etc.; (4) em novas armas estratégicas; devido ao surgimento das micro-ondas de alta potência (HPM) e os lasers que podem danificar de forma permanente a infraestrutura de produção (siderúrgicas, hidrelétricas e redes de comunicações civis). (MARTINS, 2008, p.8)

Nos anos 70, os Estados Unidos financiaram as primeiras pesquisas em computadores eletrônicos digitais e o Pentágono era o maior comprador. Quanto menor e mais baratos eles ficaram, mais eles se proliferaram e eventualmente se tornaram acessíveis à população em geral. Há não muito tempo, para reunir inteligência era preciso usar de uma variedade de fontes (aéreas ou terrestres) para assimilar esta informação e só então determinar que alvo deve ser atingido, algo que levava meses. Ainda depois deste processo, era preciso centenas de aeronaves e milhares de bombas para atacar o alvo usando a informação adquirida. De acordo com Clausewitz, a questão da informação na guerra está inexoravelmente atrelada à da inteligência:

Por “inteligência”, entendemos cada tipo de informação sobre o inimigo e seu país – a base, em resumo, de nossos próprios planos e operações. Se consideramos a atual base dessa informação, quão duvidosa e transitória ela é, logo percebemos que a guerra é uma estrutura frágil que pode facilmente entrar em colapso e nos enterrar (CLAUSEWITZ, 2007, p. 64).

Sendo assim, a RAM pode ser considerada um processo em que o âmbito militar sofreu grandes transformações em diferentes aspectos. Outro acontecimento que marcou consideráveis transformações, e de forma mais evidente, foram os ataques ao World Trade Center em Nova York. Os eventos do 11 de setembro de 2001, sem dúvida alguma, evidenciaram a urgente necessidade de uma transformação da defesa. Após o ataque, os Estados Unidos e vários de seus aliados começaram a implementar políticas para combater o terrorismo, estas políticas envolviam estratégias diplomáticas, financeiras, militares, entre outras.

Com a visibilidade do ataque, o excessivo peso do fator tecnológico nas forças armadas evidenciou suas limitações. As novas demandas, principalmente no contexto do enfrentamento do terrorismo, foram condensadas em direção à necessidade não só de modernização, mas de transformação das forças armadas, exigindo, por exemplo, uma maior aproximação entre forças militares e inteligência (SLOAN, 2007, p. 4). Aproximadamente 170 estados participaram da Guerra contra o terror ao vigiar mais atentamente suas fronteiras, congelar fundos de redes que apoiavam terroristas, ou dar ajuda militar. Envolvidos nessa ação, estavam, não só as forças militares e policiais, mas também agências de inteligência. Saber como responder, seja com força ou diplomacia, ainda é algo que se discute muito, mas uma coisa que ficou clara para os americanos é que sua estratégia de defesa precisava mudar. Era preciso adotar uma abordagem focada em capacidades necessárias, em que o país poderia focar em se preparar para ameaças inesperadas e desconhecidas.

## **5. CAPACIDADES NECESSÁRIAS E HIPÓTESES DE EMPREGO**

Vários fatores influenciam o preparo efetivo da defesa de um país. Tanto no Brasil quanto em outros países, o tema é tratado como questão de Estado, considerado multidisciplinar e envolve todos os recursos nacionais, além de possuir caráter de longo prazo e objetivar à capacitação contra ameaças futuras. Sendo assim, faz-se necessário que as ações sejam concebidas e executadas através de um planejamento estratégico,

visando ao “[...] alcance de uma situação futura desejada, de um modo mais eficiente, eficaz e efetivo, com a melhor concentração de esforços e recursos pela empresa”. (OLIVEIRA, 2015, p. 4).

É elementar reconhecer as múltiplas dinâmicas que tornam o ambiente de segurança cada vez mais complexo e a necessidade de se possuir diferentes possibilidades para o combate. A abordagem de defesa focada em capacidades foi adotada, primeiramente, pelos Estados Unidos em 2001. Ela teve por objetivo mudar o modelo de planejamento de defesa, então baseado em ameaças para um modelo baseado em capacidades, focando em como um adversário pode lutar, e não em quem o adversário poderia ser ou onde uma guerra poderia ocorrer. Ele reconhece que não basta se planejar para grandes guerras convencionais em teatros distantes. Em vez disso, devem-se identificar as capacidades necessárias para deter e derrotar adversários que se utilizarão da surpresa, da dissimulação e da guerra assimétrica para alcançar seus objetivos (ESTADOS UNIDOS, 2003).

Segundo Alberto Cardoso (2010, p.420), a capacidade, no contexto militar, é a qualidade coletiva para levar a efeito a defesa da Pátria e para garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. A Capacidade militar de um país está atrelada a essa qualidade coletiva, e a busca da eficácia coletiva máxima deve ser a visão de todo processo de capacitação militar. Uma Força Armada é um agrupamento humano destinado a uma atividade coletiva, estruturado, equipado e treinado para se constituir em sistema de combate. É projetada para dar consequência prática eficaz aos princípios de guerra e aos fundamentos estratégicos e táticos das operações militares. (CARDOSO, 2010, p.421)

O planejamento estratégico militar está dividido em uma destas duas categorias: operações *para* a guerra em todos os possíveis teatros de operações; operações *na* guerra. A preparação para uma guerra é delimitada pelas capacidades necessárias que podem vir a serem empregadas em possíveis cenários de emprego. É a partir da análise destas tendências que será indicado o rumo das capacitações das Forças Armadas, considerando a dissuasão e o emprego em tais cenários (CARDOSO, 2010, p.421).



De acordo com o Alberto Cardoso (2010, p. 422-423), toda e qualquer hipótese de emprego das Forças Armadas brasileiras para a defesa nacional tem pontos comuns no que diz respeito a grandes dimensões e distâncias continentais (devido aos extensos espaços marítimos, fluviais, terrestres e aéreos de possíveis operações); assim como nos efetivos humanos e meios materiais insuficientes para estar presente em todo esse território e espaço aéreo. Isso demonstra a importância da capacidade de mobilidade de cada força e a necessidade de meios de transporte de tropa (e suprimentos) e equipamento do território orientado pelos planos de emprego. Além das capacidades citadas, existem outros fatores comuns que influenciam nas hipóteses de emprego relacionados ao enfrentamento de capacidades adversárias, mas as mais relevantes para o trabalho e que serão discutidas em mais detalhes são as capacidades em ciência, tecnologia e inovação.

A escolha de uma certa tecnologia militar precisa ser fruto de um processo de decisão que começa levando em consideração os interesses nacionais e objetivos de curto e longo prazo do Estado. Com ela, deve vir o planejamento de uma estratégia militar nacional ou política militar que combina com outros elementos de poder nacional, como economia, política e sociedade (REYNOLDS, 2006, p.3).

As decisões acerca de armamentos sempre influenciaram a estratégia militar nacional e a estrutura do exército. Em outras palavras, pode-se dizer que as decisões relacionadas a sistemas militares usados determinam, em parte, o que o líder de Estado deve fazer e não deve fazer, ou seja, no que diz respeito às capacidades e limitações de suas forças armadas. Principalmente nos Estados Unidos e países desenvolvidos, as forças armadas vêm sendo responsáveis pelas escolhas tecnológicas militares desde antes da Segunda Guerra, mas foi frente à Guerra Fria que elas passaram a dominar o processo de aquisição e transformação militar. Durante a Guerra Fria, havia uma tensão constante entre o gasto em defesa e o gasto em programas sociais, algo que se provou desafiador para os presidentes do período. O apoio da população sempre foi de extrema importância, e isto certamente continuará sendo um grande desafio no Brasil, devido ao interesse da população em priorizar problemas econômicos e sociais internos do país.

Um fator a se considerar quando se pensa em atualizar as forças armadas de um país é que novos armamentos levam anos para serem desenvolvidos, isso quer dizer que as escolhas de uma administração podem afetar, e provavelmente limitar, escolhas de governantes futuros (REYNOLDS, 2006, p.4). Isto se justifica em mais de uma forma, como o pluralismo do sistema político, a prioridade da agenda doméstica, o poder da burocracia, influência da mídia e outros atores (ROSATY, 1993, p.30-46). Assim sendo, deve-se estudar muito bem a escolha de modernizar as forças armadas, pois trocar aquilo já estabelecido levará anos de treinamento e reestruturação. Todo governante herdará uma estrutura militar que provavelmente foi criada há anos, este fenômeno é conhecido por *policy lag*<sup>7</sup>. Um claro exemplo disso foi o desenvolvimento de aeronaves B-1 pelas forças armadas americanas. Ele teve início durante a administração de John F. Kennedy em 1961 e se desenrolou durante diversos governos, para finalmente ser colocado no arsenal americano em 1986 sob o presidente Ronald Reagan. Até a aeronave estar pronta para uso, a Guerra Fria havia acabado, a política externa mudado, e a tecnologia se tornado obsoleta com o surgimento de novos aviões (B-2).

Então como pode um governante pensar em desenvolvimento tecnológico militar sem saber se a atual política externa e interna ainda será válida em 15 ou 20 anos? A probabilidade é que não sejam. O contingente militar está pesquisando e desenvolvendo tecnologias necessárias agora, mas que quando forem inauguradas, talvez não sejam capacidades ideais para a estratégia futura. Há, também, vários fatores que influenciam na tomada de decisão, um número de atores, desde o processo eleitoral, a distribuição de fundos e pesquisa e os benefícios econômicos e desenvolvimento de longo prazo (REYNOLDS, 2006, p.27). No momento atual, tecnologia de ponta no campo de defesa é essencial para garantir uma diferença em relação a outras nações e seus poderes militares.

---

<sup>7</sup> Basicamente, significa que a política que será usada terá que se basear e partir da tecnologia disponível no momento, mas que foi idealizada há alguns governos. A pesquisa e desenvolvimento podem começar agora, mas ela não será usada no campo por pelo menos 10 a 15 anos no futuro. Até lá a política externa pode ter mudado mais de uma vez e a tecnologia não será mais compatível com as necessidades da administração que finalmente poderá usá-la.

No caso brasileiro, o planejamento da Defesa Nacional é orientado pela Constituição e algumas leis, estando a cargo do Ministério da Defesa. O Brasil é uma nação pacífica e territorialmente satisfeita, isto significa que a dissuasão<sup>8</sup> é a ideia dorsal da defesa nacional brasileira. Para isso, o país precisa, no mínimo, contar com uma capacidade retaliatória intimidadora dos principais elementos de uma hipótese de emprego. As forças armadas são apenas um destes elementos, e isto significa que é preciso certo equilíbrio entre os domínios políticos, econômicos, psicossociais, científico-tecnológico e militar do Poder Nacional (CARDOSO, 2010, p.427). O Brasil não é capaz de construir uma capacidade militar absoluta capaz de dissuadir qualquer ameaça. Entretanto, seguindo a lógica do realismo ofensivo, o país deve trabalhar na aquisição de uma capacidade militar relativa a cada hipótese e oponente.

## **6. BRASIL E AS TRANSFORMAÇÕES DA DEFESA**

Antes do desenvolvimento de políticas e estratégias de defesa, havia apenas um capítulo dedicado às Forças Armadas na constituição de 1988 (Capítulo II, Artigos 142 e 143) e um focado em segurança pública. Em 1996, a primeira Política de Defesa Nacional (PDN)(BRASIL, 1996) foi elaborada, o Ministério da Defesa surgiu em 1999, assim como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e a primeira Estratégia de Defesa Nacional (END) foi surgir apenas em 2008. Os temas de defesa e segurança, cada vez mais, ganhavam espaço, e neste período, o cenário político e econômico era favorável para uma abordagem institucional que focava mais em defesa nacional (ANDRADE, 2019, p.190).

Com a atualização da PND 2012, foram determinadas diretrizes para o setor militar e civil em todas as esferas do poder nacional (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica):

---

<sup>8</sup> A dissuasão é a prática de desencorajar alguém na política mundial, geralmente um Estado, de tomar ações indesejadas, como um ataque armado. Envolve um esforço para parar ou impedir uma ação hostil diante da possibilidade de que este potencial inimigo poderá sofrer uma retaliação que não é capaz de aguentar. Desta forma, ele conclui que o custo-benefício de tal hostilidade seja inaceitável (FREEDMAN, 2004).

A Política Nacional de Defesa (PND) é o documento condicionante de mais alto nível do planejamento de ações destinadas à defesa nacional coordenadas pelo Ministério da Defesa. Voltada essencialmente para ameaças externas, estabelece objetivos e orientações para o preparo e o emprego dos setores militar e civil em todas as esferas do poder nacional, em prol da defesa nacional (Brasil, 2012a, p. 11).

No mesmo documento são definidos os conceitos de segurança<sup>9</sup> e de defesa nacional<sup>10</sup>, e são analisados os ambientes internacional e nacional. O conceito de Defesa Nacional orientou todo um planejamento estratégico que resultaria na Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2008). A END renovou o debate sobre Defesa, trazendo uma maior interação dos segmentos civil e militar. Com as atualizações da PND e da END 2012 é possível ver que há um processo de ampliação do conceito de defesa nacional (LIMA e MEDEIROS, 2018, p.7), em outras palavras, cresce a valorização da defesa nacional em relação a outras áreas de segurança e inteligência.

A END trouxe estratégias de médio e longo prazo, com a intenção de modernizar a estrutura nacional de defesa. Para isso, voltou o seu foco para três eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e uma política de composição dos efetivos das três Forças (END, 2012, p.5).

O General André Beaufre (1965, p.129) define estratégia como “a arte da dialética de duas vontades opostas usando a força para resolver sua disputa”. Ele argumenta que a seleção da estratégia deve ser adequada a solução de determinado conflito, e pode ser dividida em uma estratégia direta (grande uso das Forças Armadas) ou indireta (forças militares como coadjuvantes e componentes políticos ou econômicos tendo um papel mais central). A escolha entre uma ou outra vai depender das características específicas do caso, poder material disponível, força e efeito psicológico da nação, e tempo necessário e disponível (BEAUFRE, 1965, p. 129).

---

<sup>9</sup> “É a condição que permite ao país preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais”. (Brasil, 2012a, p. 12)

<sup>10</sup> “É o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas”. (Brasil, 2012a, p. 12)

Os ambientes apontados na Estratégia Nacional de Defesa não permitem vislumbrar ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais. Devido à incerteza das ameaças ao Estado Brasileiro, o preparo das Forças Armadas deve ser orientado para atuar no cumprimento de variadas missões, em diferentes áreas e cenários, para respaldar a ação política do Estado (BRASIL, 2012, p.121). A formulação de uma Estratégia desenvolve-se com base em hipóteses de emprego que são definidas considerando-se as ameaças ao País. A partir dessas hipóteses — entendidas como possíveis conflitos armados em determinado ambiente e período futuros — são elaborados os planos estratégicos e operacionais correspondentes (BRASIL, 2012a).

A Estratégia Militar de Defesa (EMiD), decorrente da Política Militar de Defesa, é o documento de mais alto nível que define as Hipóteses de Emprego das FA e as estratégias militares a serem empregadas em cada uma delas. Esse documento é elaborado no nível setorial, aprovado pelo Ministro da Defesa e suas alterações obedecem aos mesmos critérios prescritos para a PND.

A hipótese de emprego é definida como “antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação/situações ou área/áreas de interesse estratégico para a defesa nacional. É formulada considerando-se as ameaças ao País.” (BRASIL, 2008, p. 18-29). Estas hipóteses são provenientes da associação das principais tendências de evolução das conjunturas nacional e internacional com as orientações político-estratégicas do País. Como exemplos de hipóteses de emprego, a END 2012 (BRASIL, 2012, p. 30) apresenta:

- o monitoramento e controle do espaço aéreo, das fronteiras terrestres, do território e das águas jurisdicionais brasileiras em circunstâncias de paz;
- a ameaça de penetração nas fronteiras terrestres ou abordagem nas águas jurisdicionais brasileiras;
- a ameaça de forças militares muito superiores na região amazônica;

- as providências internas ligadas à defesa nacional decorrentes de guerra em outra região do mundo, que ultrapassem os limites de uma guerra regional controlada, com emprego efetivo ou potencial de armamento nuclear, biológico, químico e radiológico;
- a participação do Brasil em operações internacionais em apoio à política exterior do País;
- a participação em operações internas de Garantia da Lei e da Ordem, nos termos da Constituição Federal, e os atendimentos às requisições da Justiça Eleitoral; e
- a ameaça de guerra no Atlântico Sul.

Independentemente do que for atingido através da transformação, entende-se que o foco desse processo deva ser o soldado e a tecnologia. O combatente do futuro precisa estar preparado com conhecimento, material e tecnologia de ponta para ser capaz de agir em um ambiente difuso e diferentes cenários onde for atuar.

Para que as Forças Armadas possam atender as hipóteses de emprego de maneira eficaz, elas deverão estar organizadas de uma forma que facilite a realização de operações conjuntas e singulares, adequadas às características peculiares das operações de cada uma das áreas estratégicas. O instrumento principal, por meio do qual as Forças desenvolverão sua flexibilidade tática e estratégica, será o trabalho coordenado entre elas, a fim de tirar proveito da dialética da concentração e desconcentração. Portanto, as Forças, como regra, definirão suas orientações operacionais em conjunto, privilegiando essa visão conjunta como forma de aprofundar suas capacidades (BRASIL, 2012, p.31).

Segundo o Ministério da Defesa (MD, 2020), as Forças Armadas têm o seu efetivo distribuído de acordo com suas atribuições, as necessidades de suas unidades e sua distribuição pelo território nacional. O efetivo máximo que cada Força pode atingir é estabelecido por lei. No quadro a seguir é possível ver o número de efetivos das Forças

armadas Brasileiras, dividido entre Marinha, Exército e Aeronáutica<sup>11</sup>:

<b>Efetivo Máximo Autorizado por Lei</b>				
<b>Nível</b>	<b>Marinha</b>	<b>Exército</b>	<b>Aeronáutica</b>	<b>Total (MD)</b>
Oficiais-Generais	87	182	87	356
Demais Oficiais	10.620	25.986	11.000	47.606
Graduados	69.800	59.656	34.000	120.100
Cabos e Soldados		210.510	35.850	276.752
<b>Total</b>	<b>80.507</b>	<b>296.334</b>	<b>80.937</b>	<b>444.814</b>

Figura 2: Tabela retirada de site do Ministério da Defesa (MD, 2020)

A manutenção de um grande efetivo, porém, impede as Forças Armadas de atingir todas as suas necessidades em termos de equipamentos e tecnologia. Com a falta de recursos orçamentários e de equipamento militar adequado, torna-se quase impossível que as Forças estejam preparadas adequadamente para os cenários previstos. Fuzis e blindados em grande parte encontram-se defasados tecnologicamente, como os tanques EE-9 (DEFESANET, 2017a) que levaram anos para passar por um processo de modernização. Mesmo com a aquisição de novos tanques o efetivo atual é incapaz de proporcionar uma real capacidade de defesa e resposta. Ademais, não há uma defesa antiaérea adequada e a infraestrutura de muitas bases estão defasadas. Estes são apenas alguns de muitos problemas enfrentados, “tendo o soldado brasileiro na própria estrutura disponível hoje um dos principais obstáculos a serem superados para o cumprimento de sua missão” (NICOLACI, 2017).

Com base no processo de transformação em andamento e possíveis cenários, as seguintes capacidades são desejadas para as Forças Armadas (BRASIL, 2012, p.33):

<sup>11</sup> Com a exceção de alguns efetivos que não são computados, como “militares da reserva remunerada designados para o serviço ativo” e alunos das escolas de formação de oficiais.

- permanente prontidão operacional para atender às hipóteses de emprego, integrando forças conjuntas ou não;
- manutenção de unidades aptas a compor Forças de Pronto Emprego, em condições de atuar em diferentes ambientes operacionais;
- projeção de poder nas áreas de interesse estratégico;
- estruturas de Comando e Controle, e de Inteligência consolidadas;
- permanência na ação, sustentada por um adequado apoio logístico, buscando ao máximo a integração da logística das três Forças;
- aumento do poder de combate, em curto prazo, pela incorporação de recursos mobilizáveis, previstos em lei;
- interoperabilidade nas operações conjuntas; e defesa antiaérea adequada às áreas estratégicas a defender.

O caso brasileiro apresenta diversos desafios e oportunidades em relação a uma maior coordenação entre as aquisições realizadas nos âmbitos da inteligência, da defesa nacional e da segurança pública. O novo ambiente operacional exige capacitações constantes para acompanhar o desenvolvimento tecnológico do armamento e do equipamento, precisando que as instituições militares invistam constantemente em material e, principalmente pessoal. Apesar dos avanços propostos pela Estratégia Nacional de Defesa e do grande contingente, a defasagem dos aparelhos e a necessidade de qualificação do efetivo mostram que ainda há muito ser feito para que o território brasileiro esteja, de fato, protegido.



## 7. CONCLUSÃO

Considerando os diversos desafios enfrentados, é importante frisar que as Forças Armadas estão fazendo um esforço para se adaptar ao novo momento, buscando adquirir novas capacidades e competências, capacitar seus quadros e reaver seus paradigmas, tornando-se aptas a empregar armamentos e equipamentos com alta tecnologia agregada e sustentada em uma política de defesa efetiva e em constante evolução.

Vemos as nossas Forças Armadas em uma situação muito difícil, enfrentando a já histórica falta de recursos orçamentários e o mais agravante, a falta de recursos técnicos para cumprir adequadamente sua grandiosa missão. Dito isso, especialmente após a publicação de documentos como a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa, o tema ganhou mais espaço na agenda política.

A transformação da área da defesa é um esforço que requer a participação de todos os componentes envolvidos, é um processo que molda a natureza da competição e cooperação militar através de novas combinações de conceitos, capacidades, pessoas e organizações.

Os desafios são significativos, os questionamentos ainda são muitos, todavia, ao se analisar os documentos atualizados mostrando como as Forças Armadas Brasileiras vem conduzindo sua transformação em várias áreas e como tem procurado se estruturar e se relacionar para atender as novas demandas da sociedade e do cenário internacional, acredita-se que vários ensinamentos poderão ser decorrentes, principalmente, para os estudos das relações entre a teoria e a prática no ambiente transformacional, bem como para estimular os estudos sobre Defesa Nacional.

Assim, sob a ótica do realismo ofensivo, a defesa brasileira precisa continuar em constante transformação para que consiga elevar-se militarmente e atingir seus objetivos. Ainda, independente de qual tipo de desafios que as FA brasileiras venham a enfrentar, os possíveis cenários continuarão exigindo novas e constante capacitações como operações conjuntas e atuar em um ambiente tecnológico em constante evolução.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Israel de Oliveira et al. **Desafios contemporâneos para o exército brasileiro**. Brasília: Ipea. 2019.

ASCH, Beth; HOSEK, James. **What Does Transformation Mean for Military Manpower and Personnel Policy?** National Security Research Division (RAND), 2004.

BAESYSTEMS. **What is C4ISR?** Disponível em: <https://www.baesystems.com/en-us/definition/what-is-c4isr>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BEAUFRE, André. **An Introduction to Strategy, with Particular Reference to Problems of Defense, Politics, Economics, and Diplomacy in the Nuclear Age**. New York: Fredrick A. Praeger, 1965.

BRASIL, Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, Brasília, DF. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Política Nacional de Defesa (PND). Brasília: MD, 2012a

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília: MD, 2012b.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Brasília: MD, 2012c.

BRASIL. Política de Defesa Nacional. Brasília: Biblioteca Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2VvCBZ2>. Acesso em: 10 maio 2020

BRASIL. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF, 2012

CHAPMAN, Gary. **An Introduction to the Revolution in Military Affairs**. In: AMALDI CONFERENCE ON PROBLEMS IN GLOBAL SECURITY, 15., 2003, Helsinque. Proceedings. p. 1 - 21. Disponível em: <http://www.lincci.it/rapporti/amaldi/papers /XVChapman.pdf>. Acesso em: 27 abril 2020.

Conferência Especial sobre Segurança. **OEA**, 2003, Cidade do México. **DECLARAÇÃO SOBRE SEGURANÇA NAS AMÉRICAS**. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/CES/documentos/CE00352P01.doc>

DEFESANET. **EE-9 Cascavel - Modernização agora é VBR-MSR 6x6**. 2017a. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/guarani/noticia/27837/EE-9-Cascavel---Modernizacao-agora-e-VBR-MSR-6x6/>. Acesso em: 10 maio 2020.

DEFESANET. **O futuro carro de combate do Brasil**. 2017b. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/leo/noticia/28010/O-Futuro-carro-de-Combate-do-Brasil/>. Acesso em: 10 maio 2020.

DOMBROWSKI, Peter; GHOLZ, Eugene. **Buying Military Transformation: Technological Innovation and the Defense Industry**. New York: Columbia University Press, 2006.

ESTADOS UNIDOS, Department of Defense. **Dictionary of Military and Associated Terms**. 2020.

ESTADOS UNIDOS, Department of Defense. **Elements of Defense Transformation**. Washington, DC. 2008.

ESTADOS UNIDOS. **Department of Defense. Transformation Planning Guidance**. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2003.

FARRELL, Theo; TERRIFF, Terry. **The Sources of Military Change: culture, politics, technology**. London: Lynne Rienner Publishers, 2002.

FREEDMAN, Lawrence. **Deterrence**. London: Polity Press. 2004.

JATOBÁ, Daniel. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Raphael Camargo; MEDEIROS FILHO, Oscar. Segurança, defesa e o emprego da força no Brasil: trajetórias e desafios políticos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA – ENABED, 10., 2018, São

Paulo. Anais [...]. São Paulo: Abedef, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2IhngY2>. Acesso em: 10 maio 2020

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W W. Norton. 2001

MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Ministério da Defesa. **Efetivos**. 2019. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/111-lei-de-acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/remuneracao-dos-militares-das-forcas-armadas-no-brasil-e-no-exterior/8637-efetivos>. Acesso em: 10 maio 2020.

NICOLACI, Angelo D.. **O Exército Brasileiro e os seus desafios**. 2017. GBN News. Disponível em: <http://www.gbnnews.com.br/2016/10/o-exercito-brasileiro-e-os-seus-desafios.html#.Xr4JdmhKiMp>. Acesso em: 10 maio 2020. NOGUEIRA, João Pontes;

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PAUL, Thazha Varkey. **Asymmetric conflicts: war initiation by weaker powers**. New York: Cambridge University Press, 1994.

REINO UNIDO. **National Security Strategy and Strategic Defence and Security 2015: a secure and prosperous United Kingdom**. HM Government, November 2015.

REYNOLDS, Kevin. **Defense Transformation: To What, For What?** Washington, DC: Strategic Studies Institute. 2006.